



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00227

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 A ata de Registro de Preços, **com validade pelo período de 12 (doze) meses, renováveis por mais 12 (doze) meses**, para aquisição de: **CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, acompanhadas dos demais itens de agraciamento (**itens 1.1.1 até 1.1.14 e item 1.1.20**), **MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2 (item 1.1.15)**; **BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO (itens 1.1.16, 1.1.17 e 1.1.18)**; e de **PEÇAS DE HOMENAGEM (item 1.1.19)**, que serão concedidas por ocasião das visitas institucionais.

1.2 Além de possibilitar o reconhecimento a integrantes do público interno pelo excelente serviço prestado, quando for oportuno, permite também a realização de homenagens a autoridades externas, como forma de estreitar relações institucionais com outros órgãos e demonstrar agradecimento por parcerias institucionais firmadas em benefício do desenvolvimento da Justiça Federal da 2ª Região, inclusive durante as visitas guiadas de estudantes e comitivas nacionais e estrangeiras de operadores do Direito ao TRF2; **todos sendo concedidos conforme a ocasião institucional demandar, seja por necessidade de prestar homenagem, reconhecimento público, tempo de serviço prestado e demais ações voltadas para promover as relações institucionais entre o TRF2 e os seus diferentes públicos, sejam eles internos, como os colaboradores; ou externos, como os representantes dos diversos órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e outras instituições, em prol do desenvolvimento da Justiça Federal da 2ª Região;**

1.3 - Com essa contratação, que gerará Ata(s) de Registro de Preços com validade de 12 (doze), resolve-se, com um custo X benefício razoável, sem gerar nenhuma obrigatoriedade para a Administração, que pode decidir conforme a conveniência e oportunidade acerca da aquisição; tendo a possibilidade de renovar a(s) Ata(s) por mais 12 (dozes) meses.

1.4 - Além dos tópicos acima, em relação ao conjunto de medalhas e itens de agraciamento esta contratação se faz necessária em cumprimento à RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP-2019/00052, de 5 de julho de 2019, que Institui a Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, com o objetivo de agraciar personalidades e Instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham se destacado no desempenho de suas atribuições, e que pelos seus serviços tenham se tornado dignas de homenagem do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ou que tenham prestado reconhecidos serviços e demonstrado excepcional apreço à Justiça Federal.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1 A despesa em questão está, em parte, prevista na programação orçamentária da ARIC, registrada no SIGA GO de 2024, sob os: ID 11 (moedas) e ID 17 (medalhas e outros itens). Em relação aos novos itens: "peça para visita institucional" e

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2ETP202300227A

"bótons", será avaliada a possibilidade de ampliar o escopo do ID 17, que poderia conter todos os itens de agraciamento ou poderão ser criados novos IDS para cada um deles, na próxima revisão da programação orçamentária da ARIC de 2024.

2.2 Alinhada ao Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;

2.3 Objeto alinhado ao Objetivo estratégico: Promoção de Iniciativas de Engajamento e Motivação das Pessoas.

2.4 Tendo em vista o macrodesafio e o objetivo estratégico dos tópicos 2.2 e 2.3, pretende-se, ainda, em consonância com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável absorvidos pelo Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região (2021-2026), perseguir as metas das ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), uma vez que os itens fruto da contratação aqui proposta tem por objetivo maior prestar o reconhecimento àqueles que envidaram esforços, seja pela dedicação extremada, pela cessão de tecnologia, projetos desenvolvidos, parcerias institucionais, etc, em prol do aperfeiçoamento da Justiça Federal e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional cada vez mais eficiente e sustentável, fatores de grande relevo para a manutenção da paz e da justiça.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - Contratação de empresa para prestar serviço especializado de confecção de:

- **CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, acompanhadas dos demais itens de agraciamento (itens 1.1.1 até 1.1.14 e item 1.1.20);
- **MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2 (item 1.1.15);**
- **BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO (itens 1.1.16, 1.1.17 e 1.1.18);** e de
- **PEÇAS DE HOMENAGEM (item 1.1.19)**, que serão concedidas por ocasião das visitas institucionais.

Para esse conjunto de objetos existem as fotografias dos modelos já produzidos e/ou os respectivos desenhos técnicos, em anexo, conforme especificações detalhadas na PLANILHA EM ANEXO DENOMINADA "PLANILHA DETALHADA COM ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO" - A NUMERAÇÃO DOS ITENS DO OBJETO ESTÁ DE ACORDO COM A NUMERAÇÃO QUE POSSUI NO TERMO DE REFERÊNCIA TRF2-TER-2023/00377, INSERIDA NO TÓPICO 01 - DEFINIÇÃO DO OBJETO), com a especificação técnica detalha por tipo de objeto, incluindo o respectivo quantitativo. Os itens desta planilha foram estimados para gerar **Ata de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, renováveis por mais 12 (doze) meses.**

3.2 - Os requisitos indispensáveis a esta contratação dizem respeito aos itens constantes na planilha deste Termo, contendo a **descrição detalhada de cada um dos itens do objeto**, com suas respectivas características, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos, inclusive respeitando os prazos e datas estabelecidos em cada etapa da execução e no anexo em padrão com a qualidade mínima que se espera de cada item do objeto.

3.2.1 No que diz respeito à técnica de cunhagem/clichê das medalhas e itens de agraciamento, moedas e bótons com o material liga metálica de cobre e zinco, como o Tombac, a escolha se deu em razão da alta durabilidade do produto final;



3.2.2 Em relação à peça para concessão em visitas institucionais a escolha se deu pelo acrílico em razão de sua durabilidade, resistência e possibilidade de reciclagem, mostrando-se um ótimo custo-benefício;

3.3 - Além do item 3.1 e 3.2, no tocante aos **requisitos de sustentabilidade**, a Contratada:

3.3.1 - Deverá atender ao disposto no item 3.8;

3.3.2 - Considerando o ciclo de vida dos produtos que integram o objeto, os quais são compostos prioritariamente de Tombac (liga metálica de cobre e zinco) e de acrílico, percebe-se que não se tem o controle do descarte deste itens, uma vez que são concedidos às pessoas agraciadas, portanto, a fase do ciclo de vida prioritária, em relação à sustentabilidade, será na fabricação dos itens que levem a liga metálica de cobre e zinco ou acrílico, por meio da exigência de que o licitante comprove, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP, conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União - Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição, de agosto de 2022;

3.3.3 Além da obrigatoriedade do CTF, constante na qualificação técnica deste tópico, tendo em vista que os fabricantes de produtos nos ramos da Indústria metalúrgica e da Indústria de produtos de matéria plástica, materiais que compõem a maior parte dos itens desta contratação (no caso, liga metálica de cobre e zinco e/ou acrílico), estão relacionados no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n. 237/1997, será exigida, por ocasião da aceitabilidade da proposta do licitante vencedor (e apenas deste), a Licença Ambiental de Operação (LAO) do empreendimento, com prazo de validade em vigor e expedida pelo órgão ambiental competente, como condição para aceitação dos produtos, conforme explicita o MANUAL DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2ª EDIÇÃO, conforme entendimento do TCU, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

3.4 - Habilitação do licitante e comprovação de aptidão técnica: Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.4.1 - SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

3.4.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www. portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

3.4.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([uww.enj.jus.br /improbidade adm/consultar requerido. php](http://www.enj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php)).

3.4.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União — TCU;



3.4.5 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.4.6 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

3.5 - Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista**, nas condições seguintes:

3.5.1 - Habilitação jurídica:

3.5.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede:

3.5.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

3.5.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3.5.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

3.5.1.5 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração — DREI.

3.5.1.6 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

3.5.1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.6 - Regularidade fiscal e trabalhista:

3.6.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.6.2 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.6.3 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.6.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.6.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.6.6 - prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

3.6.7 - caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

3.6.8 - caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3.7 - Qualificação econômico-financeiro:

3.7.1 - certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.7.2 - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.7.3 - No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

3.7.4 - no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

3.7.5 - comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);



3.7.6 - As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

3.8 - Qualificação técnica:

3.8.1 As empresas deverão enviar para todos os itens do objeto que possuam em sua composição substâncias consideradas como potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos ambientais, o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - CTF/APP, acompanhado do respectivo CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, atendendo a exigência da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

3.8.1.1 - A Licitante deverá comprovar, através de declaração e comprovantes fiscais, a prestação de serviços do fabricante à empresa Licitante;

3.8.1.2 - Em relação aos itens deste objeto que possuam em sua composição liga metálica (cobre e zinco), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 3 - Indústria Metalúrgica - 3-10: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, conforme classificação do IBAMA;

3.8.1.3 - Em relação ao item que contém acrílico em sua composição (1.1.19), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 12 - Indústria de Produtos de Matéria Plástica - 2 - Fabricação de artefatos de material plástico; conforme classificação do IBAMA;

3.8.1.4 - Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da Lei;

3.8.1.5 - Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021- TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 Utilizou-se o quantitativo da tabela relativa ao item 3.1 deste ETP, o qual foi obtido a partir do estudo dos quantitativos do histórico das atividades da ARIC e o planejamento para o período de 12 meses, com a possibilidade de renovação da Ata por mais 12 (doze) meses. A tabela em questão está em anexo a este ETP e é DENOMINADA "PLANILHA DETALHADA COM ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO" - A NUMERAÇÃO DOS ITENS DO OBJETO ESTÁ DE ACORDO COM A NUMERAÇÃO QUE POSSUI NO TERMO DE REFERÊNCIA TRF2-TER-2023/00377, INSERIDA NO TÓPICO 01 - DEFINIÇÃO DO OBJETO);



4.2 Além disso, deve-se ter sempre disponível a possibilidade de solicitação em ATA de Registro de Preços da solução apresentada neste documento, que permite tanto não se efetivar a contratação, quanto viabilizá-la com rapidez, caso seja necessária a realização e/ou retribuição de homenagem e reconhecimento institucional.

4.3 A pesquisa de preços referente à tabela acima foi realizada por meio dos orçamentos obtidos das empresas, via e-mails, para os Estudos Técnicos Preliminares, conforme o ANEXO - TABELA PESQUISA DE PREÇOS COM CUSTO ESTIMADO E ORÇAMENTOS E CONTATOS COM EMPRESAS, deste ETP.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 No que diz respeito à técnica de cunhagem/clichê das medalhas e itens de agradecimento, moedas e bôtons com o material liga metálica de cobre e zinco, como o Tombac, a escolha se deu em razão da alta durabilidade do produto final;

5.2 Em relação à peça para concessão em visitas institucionais a escolha se deu pelo acrílico em razão de sua durabilidade, resistência e possibilidade de reciclagem, mostrando-se um ótimo custo-benefício;

5.3 Após a pesquisa de mercado (dados completos no ANEXO - TABELA PESQUISA DE PREÇOS COM CUSTO ESTIMADO E ORÇAMENTOS E CONTATOS COM EMPRESAS), realizada em agosto de 2023, foram obtidos orçamentos junto às empresas relacionadas NA TABELA EM ANEXO A ESTE DOCUMENTO.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 O valor global estimado da contratação é **R\$ 168.100,00 (cento e sessenta e oito mil e cem reais)**;

6.2 Todos os dados relativos às empresas contactadas, orçamentos obtidos e custos totais estimados constam do ANEXO - TABELA PESQUISA DE PREÇOS COM CUSTO ESTIMADO E ORÇAMENTOS E CONTATOS COM EMPRESAS.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 A ata de Registro de Preços, **com validade pelo período de 12 (doze) meses, renováveis por mais 12 (doze) meses**, para aquisição de: **CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, acompanhadas dos demais itens de agradecimento (**itens 1.1.1 até 1.1.14 e item 1.1.20**), **MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2 (item 1.1.15)**; **BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO (itens 1.1.16, 1.1.17 e 1.1.18)**; e de **PEÇAS DE HOMENAGEM (item 1.1.19)**, que serão concedidas por ocasião das visitas institucionais.

7.2 Além de possibilitar o reconhecimento a integrantes do público interno pelo excelente serviço prestado, quando for oportuno, permite também a realização de homenagens a autoridades externas, como forma de estreitar relações institucionais com outros órgãos e demonstrar agradecimento por parcerias institucionais firmadas em benefício do desenvolvimento da Justiça Federal da 2ª Região, inclusive durante as visitas guiadas de estudantes e comitivas nacionais e estrangeiras de operadores do Direito ao TRF2; **todos sendo concedidos conforme a ocasião institucional demandar, seja por necessidade de prestar homenagem, reconhecimento público, tempo de serviço prestado e demais ações voltadas para promover as relações institucionais entre o TRF2 e os seus diferentes públicos, sejam eles internos, como os**



colaboradores; ou externos, como os representantes dos diversos órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e outras instituições, em prol do **desenvolvimento da Justiça Federal da 2ª Região**;

7.3 - Com essa contratação, que gerará Ata(s) de Registro de Preços com validade de 12 (doze), resolve-se, com um custo X benefício razoável, sem gerar nenhuma obrigatoriedade para a Administração, que pode decidir conforme a conveniência e oportunidade acerca da aquisição; tendo a possibilidade de renovar a(s) Ata(s) por mais 12 (dozes) meses.

7.4 Não se admite a locação para o objeto em questão que é produzido de forma personalizada a cada situação institucional e cujo objeto é concedido aos agraciados que fizerem jus a tais condecorações e agraciamento.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1 Sugere-se, s.m.j. da Administração do TRF2, que os itens sejam agrupados em 04 (quatro) lotes por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará redução de preço, comparando-se com a realização de tais serviços em separado, por fornecedores diferentes, permitindo maior adesão e competitividade ao certame pelo mercado fornecedor, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão. Além disso, a divisão em lotes também possibilita que empresas de menor porte consigam participar do certame, sem perder a economia de mercado e sem ferir a competitividade.

8.2. Seguem os lotes sugeridos:

8.2.1 - LOTE 01: CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, acompanhadas dos demais itens de agraciamento (itens 1.1.1 até 1.1.14 e item 1.1.20),

8.2.2 - LOTE 02: MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2 (item 1.1.15);

8.2.3 - LOTE 03: BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO (itens 1.1.16, 1.1.17 e 1.1.18); e de

8.2.4 - LOTE 04: PEÇAS DE HOMENAGEM (item 1.1.19), que serão concedidas por ocasião das visitas institucionais.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 Ratifica-se a eficiência operacional que a Ata de Registro de Preços possibilita ao dispor do objeto quando há a demanda, ao mesmo tempo em que não compromete o orçamento para o caso de inexistência da necessidade do produto em questão.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 Não foram observadas providências a serem tomadas pela Administração, previamente à celebração do contrato;



11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes;

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1. Considerando o ciclo de vida dos produtos que integram o objeto, os quais são compostos prioritariamente de Tombac (liga metálica de cobre e zinco) e de acrílico, percebe-se que não se tem o controle do descarte deste itens, uma vez que são concedidos às pessoas agraciadas; portanto, a fase do ciclo de vida prioritária, em relação à sustentabilidade e à mitigação de possíveis impactos ambientais, será na fabricação dos itens que levem a liga metálica de cobre e zinco ou acrílico, por meio da exigência de que o licitante comprove, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP, conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União - Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição, de agosto de 2022;

12.2 Além da obrigatoriedade do CTF, constante na qualificação técnica, tendo em vista que os fabricantes de produtos nos ramos da Indústria metalúrgica e da Indústria de produtos de matéria plástica, materiais que compõem a maior parte dos itens desta contratação (no caso, liga metálica de cobre e zinco e/ou acrílico), estão relacionados no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n. 237/1997, será exigida, por ocasião da aceitabilidade da proposta do licitante vencedor (e apenas deste), a Licença Ambiental de Operação (LAO) do empreendimento, com prazo de validade em vigor e expedida pelo órgão ambiental competente, como condição para aceitação dos produtos, conforme explicita o MANUAL DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2ª EDIÇÃO, de acordo com o entendimento do TCU, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

12.3 Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ambiental ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021- TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

12.4 Não foram identificados outros possíveis riscos ambientais.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

13.1 Tendo em vista os pontos levantados nestes Estudos Técnicos Preliminares, concluo que a contratação proposta é viável e atende ao princípio da razoabilidade.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



- assinado eletronicamente -
ALFREDO DE ANDRADE BOTTINO
Assessor(a)-Chefe
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL

